



Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº. 1. 065 de 13. 07. 1992 - D.O.U. de 15.07.1992)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido pela Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 382 de 22.03.2000 – D.O.U. de 24.03.2000)

CURSO DE DIREITO PROGRAMA DE DISCIPLINA - 4º ANO

DISCIPLINA: ESTÁGIO I

CARGA HORÁRIA: 150 horas/aula

TIPO DA DISCIPLINA: Obrigatória

ANO DE APLICAÇÃO: 2011

EMENTA

Estudo programado do Direito Judiciário. Formação simulada de autos e redação de peças processuais e contratos. Estágios em primeira e segunda instâncias para prática profissional no tocante aos vários tipos de processos. Estudo do Estatuto do advogado. Deontologia profissional.

1. OBJETIVOS

- 1.1. Ter conhecimento sobre o Direito Judiciário.
- 1.2. Praticar os vários tipos de processos.

2. CONTEÚDOS

PRÁTICA FORENSE CIVIL

01. Instância, termos e peças dos autos.
02. Distribuição, autuação, remessa, recebimento, juntada, vista, informação, certidão e conclusão. Translado. Fotocópia, conferência.
03. Intimação, mandado de citação. Citação. Certidão de Oficial de Justiça. Citação com hora marcada. Citação por edital.
04. Contra-fé. Carta precatória, carta rogatória, carta de ordem.
05. Carta de arrematação. Carta Adjudicatória. Carta de Remissão.
06. Produção de provas. Documentos. Testemunhas. Perícia. Precariedade de prova. Modernos meios de prova.
07. Conta. Cálculo. Avaliação. Alvará.
08. Petição inicial. Forma articulada da petição inicial. Litisconsórcio. Cumulações de ações.
09. Contestação. Reconvenção.
10. Embargos do devedor, do executado e de terceiro.
11. Audiência. Conciliação. Sustentação oral. Memorial.

Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº. 1.065 de 13.07.1992 - D.O.U. de 15.07.1992)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido pela Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 382 de 22.03.2000 – D.O.U. de 24.03.2000)

12. Despachos, decisões e sentenças.
13. Protestos, notificação e interpelações judiciais.
14. Arresto e seqüestro.
15. Interditos proibitórios.
16. Ação de despejo.
17. Ação de usucapião.
18. Ação de alimentos.
19. Ação de separação judicial.
20. Inventários e partilhas. Primeiras declarações. Impugnações. Últimas declarações. Esboço do formal de partilha. A nova lei sobre inventários e partilhas.
21. Conciliação e mediação.

PRÁTICA FORENSE PENAL

01. Da Prática Forense Penal. Introdução. Conceito. Importância. Finalidade. Relação com o Direito Penal e Processo Penal.
02. Do Inquérito Policial. Razão de ser do Inquérito. Finalidade, Características. Diligências. Prazos. Qualificação do indiciado. Portarias. Requisições. Requerimentos. Testemunhas. Instrumentos do crime. Relatório. Impossibilidade do arquivamento.
03. Da prisão em flagrante. O auto de prisão em flagrante. Requisitos. Requisitos após a lavratura do auto. Prazo para a conclusão do Inquérito iniciado através da prisão em flagrante. O curador do indiciado menor no auto da prisão em flagrante. Causas de nulidade do flagrante.
04. A defesa na fase do Inquérito. Seu objetivo e limitações. Presença do advogado na Delegacia de Polícia. Direitos profissionais do advogado. A livre comunicação com o constituinte preso. Exame do processo na Delegacia. Como fazer cessar qualquer constrangimento contra a profissão do advogado.
05. Da citação e espécie. Das intimações e notificações. Modelos.
06. Das contravenções. Conceitos e elementos. Crime e contravenção penal. Contravenção e fiança. Espécie de contravenções.
07. Rito do processo das contravenções. Características. Formas do processo das contravenções. O processo das contravenções na fase policial e na fase Judicial.
08. Rito do processo sumário. Crimes que se processam pelo rito sumário.
09. Da denúncia. Requisitos. A capitulação do crime. Recebimento. Modelos de denúncias.
10. Do interrogatório do réu. Técnica. Interrogatório. Como peça de defesa. Apresentação do réu. Dos incapazes. Nomeação do curador e defensor. Presença do advogado.
11. Da defesa prévia. Conceito. Oportunidade. Modelo.

Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº. 1.065 de 13.07.1992 - D.O.U. de 15.07.1992)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido pela Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 382 de 22.03.2000 – D.O.U. de 24.03.2000)

12. Das testemunhas. Número. Apresentação do rol. Substituição e requerimento. Inquirição técnica. Psicologia da testemunha. Valor de prova testemunhal. Contradita. O comportamento do advogado na audiência.
13. Processo sumaríssimo. Rito do Processo sumaríssimo. Crimes que se processam segundo esse rito.
14. Processo ordinário. Rito. Crimes punidos com pena de reclusão. Diligências. Alegações finais. Modelo.
15. Da denúncia. Definição. Prazo. Requisitos. Recebimento. Rejeição. Modelo. Crime de competência do júri.
16. Rito do processo do júri. À instrução criminal. Sentença de pronúncia. Modelo. Sentença de impronúncia. Modelo. Absolvição sumária.
17. Desclassificação do crime. Recurso da sentença. Libelo. Requisitos. Modelo. Intimação do libelo.
18. Do julgamento pelo Tribunal do Júri. Organização do júri. Adiamento do julgamento. Compromisso dos jurados. Debates. Prazos. Votação dos quesitos.
19. O advogado e a defesa oral. Como vencer na oratória e na advocacia. Apresentação do advogado perante o público. À construção do discurso. O discurso forense.
20. Síntese dos crimes de imprensa. Crimes contra a economia popular.
21. Processo de responsabilidade do funcionário público. Síntese dos processos de responsabilidade dos funcionários públicos.
22. Crimes da ação privada. Queixa, representação. Modelos.
23. Fiança. Conceito. Espécies. Crimes afiançáveis. Requerimento da fiança. Modelo. Termo da fiança. Modelo.
24. Dos recursos. Apelação. Petição. Modelo. Razões de apelação pelo apelante. Modelo. Razões de apelação pelo apelado.
25. Do Habeas-Corpus. Modelo.
26. Dos incidentes de execução. De suspensão condicional da pena e do livramento condicional. Modelos de requerimento. Revisão Criminal. Modelo de requerimento.
27. Da prisão albergue. Provimentos. Pedido de prisão albergue. Modelo. Sentença no pedido de prisão albergue. Modelo.
28. Da revisão criminal. Requisitos. Petição. Modelo.

3. METODOLOGIA

O conteúdo será realizado através de Fórum de Debates, Seminários e Estudos de Casos.



Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº. 1.065 de 13.07.1992 - D.O.U. de 15.07.1992)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido pela Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 382 de 22.03.2000 – D.O.U. de 24.03.2000)

4. RECURSOS

Será utilizado como apoio à ação pedagógica o uso de retroprojetores.

5. AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação será através de Projetos de Estágio, Relatórios de Estágio e Provas Escritas e/ou objetivas.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NUCCI, G. de S. *Prática Forense Penal*. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

AVENA, N. *Processo Penal Esquematizado*. 3.ed. São Paulo: Método, 2011.

TARTUCE, F.; DELLORE, L.; MARIN, M. A. *Manual de Prática Civil*. 7.ed. São Paulo: Método, 2010.

6.2. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASELLA, J. E. *Manual de prática forense*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

TOURINHO FILHO, F. da C. *Manual de Processo Penal*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.